

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS MIGRANTES VENEZUELANOS EM MANAUS

Working conditions and health of Venezuelan migrants in Manaus

Daiany Cavalcante Ribeiro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM),
Manaus, AM, Brasil.

Yunier Sarmiento Ramirez
Universidade Federal do Amazonas (UFAM),
Manaus, AM, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 08/01/2024

Aceito em 16/10/2024

doi> <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p418-441>

Copyright (c) 2024 Daiany Cavalcante Ribeiro e
Yunier Sarmiento Ramirez.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

RIBEIRO, Daiany Cavalcante; SARMIENTO RAMIREZ, Yunier. Condições de trabalho e saúde dos migrantes venezuelanos em Manaus. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 262, p. 418-441, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p418-441>

Resumo

A crise no sistema econômico venezuelano atrelado a mundialização do capital tem contribuído para que a população venezuelana busque na cidade de Manaus refúgio e trabalho. O objetivo deste estudo foi investigar o impacto das condições precárias de trabalho na saúde dos migrantes venezuelanos na cidade de Manaus. Para atingir esse objetivo, o estudo utilizou uma abordagem metodológica de enfoque misto, combinando revisão bibliográfica com pesquisa de campo, a fim de identificar como esses migrantes têm desenvolvido suas atividades de trabalho e de que forma essas condições podem ter refletido na sua saúde. Os principais resultados revelaram que a maioria dos migrantes teve problemas de saúde devido a baixos salários, longas jornadas de trabalho e falta de benefícios previdenciários. Além disso, muitos migrantes atribuíram os seus problemas de saúde às condições de trabalho precárias, incluindo alimentação falta de água potável, falta de equipamentos de proteção individual e exposição a riscos. A conclusão do estudo destacou que as condições de trabalho precárias têm um impacto significativo na saúde dos migrantes venezuelanos.

Palavras-chaves: Migração. Trabalho. Saúde. Migrantes Venezuelanos. Condições Precárias.

Abstract

The crisis in the Venezuelan economic system linked to the globalization of capital has contributed to the Venezuelan population seeking refuge and work in the city of Manaus. The objective of this study was to investigate the impact of precarious working conditions on the health of Venezuelan migrants in the city of Manaus. To achieve this objective, the study used a mixed methodological approach, combining bibliographic review with field research, in order to identify how these migrants have carried out their work activities and how these conditions may have affected their health. The main results revealed that the majority of migrants had health problems due to low wages, long working hours and lack of social security benefits. Furthermore, many migrants attributed their health problems to poor working conditions, including food, lack of drinking water, lack of personal protective equipment and exposure to risks. The conclusion of the study highlighted that precarious working conditions have a significant impact on the health of Venezuelan migrants.

Keywords: Migration. Work. Health. Venezuelan migrants. Poor conditions.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o aumento no fluxo migratório tem suscitado discussões no que tange à necessidade de se compreender as causas que levam os indivíduos a deixarem seus territórios e deslocarem-se a outro em busca de melhores condições de vida. Tendo em vista que o aumento do desemprego tem se configurado como fator elementar para muitos indivíduos

buscarem novas oportunidades de trabalho em outros países, essa inserção tem se tornado um desafio, requerendo uma investigação acerca das condições de trabalho em que estão se sujeitando os migrantes no Brasil. Sendo assim, é necessário que entendamos o que é a migração e por que as pessoas migram, a fim de que possamos, adiante, compreender as complexidades que envolvem esse contexto migratório.

Independente da condição migratória, a legislação internacional estabelece que “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”, deixando claro o poder de decisão que cada pessoa tem sobre a sua situação de permanência ou não em um determinado território, caso este não esteja atendendo as expectativas preteridas quanto ao atendimento de suas necessidades (DUDH, 2009). Neste sentido, evidencia-se um aumento significativo da migração venezuelana, em especial na região amazônica do Brasil, causando transformações econômicas e sociais na realidade da população local e na vida dos próprios migrantes que buscam inserção no mercado de trabalho brasileiro, mas que se deparam com um cenário de altos índices de desemprego em relação ao trabalho formal e a necessidade de inserção em trabalhos informais ou em condições precárias que adiante refletirá em diversos aspectos de mal-estar relacionado à saúde.

Informações divulgadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que somente em 2021 cerca de 220 milhões de pessoas encontravam-se desempregadas ao redor do mundo, o que contribuiu para o agravamento das desigualdades existentes, em especial nos países periféricos (OIT, 2021). Nota-se, com isso, um número expressivo de pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho formal mundialmente e essa conjuntura de ociosidade delineada pelo contexto de mundialização do capital e da flexibilização no mundo do trabalho tem influenciado o deslocamento de pessoas de países menos desenvolvidos para países centrais em busca de trabalho.

No Brasil, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2021 cerca de 14,8 milhões de brasileiros estavam desempregados. Esse grande contingente de pessoas fora do mercado de trabalho teve seu agravamento com a pandemia da Covid-19 que causou impacto a nível mundial, principalmente nos países em desenvolvimento que não estavam preparados para a crise que se instalaria com a disseminação do vírus (IBGE, 2023).

Já no primeiro trimestre de 2022, com expressiva parcela da população vacinada e a pandemia sob controle, o mercado econômico teve uma melhora contribuindo para que a taxa de desemprego diminuísse para 11,9 milhões de desempregados (IBGE, 2023). Observa-se que o recuo na taxa de desemprego, não tem sido suficiente para superar o histórico de desemprego que tem se instaurado no Brasil e tem atingido não somente os brasileiros, mas também os migrantes e refugiados que ingressam no país em busca de oportunidade e se deparam com algumas barreiras que dificultam o seu acesso nas atividades laborativas e nos serviços públicos brasileiros. São expressões da questão social se manifestando nas constantes violações de direitos sofridas pelos migrantes, dentre elas a exploração da mão de obra e precarização das condições de trabalho oferecidas pelos empregadores.

A busca incansável pela inserção ao mercado de trabalho brasileiro, atrelado à escassez de recursos que garantam a satisfação de suas necessidades básicas, levam as pessoas a subordinar-se a situações que comprometem seu bem-estar físico, mental e emocional. Neste sentido, tornam-se imprescindíveis estudos sobre essa realidade enfrentada pela população migrante venezuelana em território brasileiro, sobretudo, no que diz respeito ao cenário migratório e as condições de trabalho na cidade de Manaus.

A partir de uma investigação realizada sobre estudos e pesquisas acerca da migração e das categorias trabalho e saúde que estruturam este artigo, foram selecionados alguns referenciais que serviram como apoio e trouxeram relevantes contribuições para análise do fenômeno aqui proposto. Dentre os estudos apontados, três empenham-se em dialogar a respeito da precarização do trabalho. Vargas (2016) apresenta a noção de trabalho precarizado sob a perspectiva da precariedade objetiva e subjetiva, enquanto Pialarissi (2017) não se prende em contextualizar a precarização do trabalho, mas sim, de trazer uma análise sobre a precarização do trabalho e as transformações decorrentes da modernização capitalista que ocasionou mudanças significativas no âmbito da saúde. Não obstante, Araújo e Moraes (2017) manifestam sua reflexão no tocante a precarização do trabalho, suas principais características e consequência na vida da classe trabalhadora, fazendo uma contextualização do trabalho e suas relações desde o século XVIII até a conjuntura atual.

Além disso, Alvarez (2016) trouxe uma análise desde a promulgação da constituição cidadã até 2015, e como estes aspectos: contratação, jornada de trabalho e remuneração, tem se tornado um fator determinante para a precarização do trabalho e de como as

principais normas têm contribuído neste cenário. Este estudo destaca ainda a concepção de Ricardo Antunes (2008) sobre trabalho e seus desdobramentos na vida da classe trabalhadora, o que se revela como sendo imprescindível na discussão da temática pesquisada.

Uma pesquisa referenciada trouxe nos resultados dados acerca da vivência dos migrantes no desenvolvimento de suas atividades trabalhistas e que possibilitou uma reflexão de como essas condições de trabalho afeta a vida desses indivíduos, apontando o trabalho como o principal objetivo dos migrantes por atender não somente suas necessidades de sobrevivência, mas por se apresentar como fator de inclusão social, porém evidenciando os obstáculos enfrentados quanto sua inserção no mercado de trabalho (Hoefel; Severo; Washington, 2019). Todavia, essa discussão não tem o foco de analisar a relação existente entre as condições de trabalho em que estão inseridas a população alvo da pesquisa e as repercussões determinadas pelas características que o trabalho migrante vem se delineando em território brasileiro.

Desse modo, entende-se a importância de investimento em estudos e pesquisas que abordem de forma específica as condições precarizadas de trabalho em que se submetem essas pessoas e as consequências que esse trabalho pode trazer à saúde. Tendo em vista que os estudos se voltam a uma ou a outra categoria (trabalho ou saúde), não trabalhando de forma complementar e articulada às consequências que a precarização do trabalho tem sobre os determinantes e condicionantes da saúde dos migrantes.

Face às inúmeras dificuldades de se recolocarem no mercado de trabalho formal, os migrantes, aceitam formas de trabalho que caracterizam a exploração da mão de obra, sem a mínima condição de amparo legal ou de proteção ao trabalho. Essas configurações trabalhistas extremamente precárias e insalubres afetam sua saúde, e que por vezes, seu direito de acesso aos serviços básicos de saúde acaba sendo limitado ou cerceado por diversas situações, dentre as quais se destaca a falta de conhecimento dos profissionais de saúde no atendimento à população migrante, o desconhecimento dos migrantes sobre os seus direitos, além do contexto de precarização das políticas públicas tanto de saúde, quanto das demais políticas de proteção social.

A relevância deste estudo situa-se em discutir as formas de trabalho que envolve a população migrante venezuelana, as circunstâncias que são submetidas a tais atividades e

como essas condições precarizadas de trabalho têm implicado consequências na saúde desses indivíduos. A situação de vulnerabilidade em que se encontram, é uma realidade que requer uma ampliação no desenvolvimento de estudos/pesquisas a fim de que possa contribuir com a construção de políticas públicas que atenda integralmente esse público, tendo em vista que o interesse pela temática surgiu a partir da experiência vivenciada no trabalho com migrantes venezuelanos em Manaus.

A compreensão sobre a necessidade de se conhecer a realidade de vida e dificuldades enfrentadas pelos migrantes, as oportunidades de trabalho, as características do trabalho migrante, seu atual estado de saúde a fim de responder às demandas impostas pelo alto índice no fluxo migratório venezuelano estabelecido nos últimos anos, nos levou a responder a seguinte questão norteadora: O trabalho precarizado tem implicação na saúde dos migrantes?

Neste sentido, destacou-se como objetivo geral: investigar o impacto das condições precárias de trabalho na saúde dos migrantes venezuelanos na cidade de Manaus.

Esta pesquisa é um resultado parcial de uma dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com apoio financeiro por meio de bolsa conferida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) por via do Programa de Apoio à Pós-Graduação *Stricto Sensu* – POSGRAD – Edição 2021-2022.

METODOLOGIA

Para a obtenção dos resultados e o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, o método de investigação científica está fundamentado na teoria crítico dialética. A base filosófica do marxismo pauta-se no materialismo dialético que busca respostas coerentes, lógicas e racionais nas interpretações dos fenômenos sociais (Triviños, 1987), pois é a única corrente que considera a história como um fator importante no desenvolvimento dos fenômenos (Richardson, 2012).

Compreende-se a pesquisa como sendo um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos utilizados no decorrer da investigação de um fenômeno (Sampiere; Collado; Lúcio, 2013). É por meio dela que conseguimos gerar novas descobertas ou ampliar

os conhecimentos já existentes sobre os impactos e/ ou relações das formas de trabalho precarizadas na saúde do trabalhador, neste caso da população migrante venezuelana na cidade de Manaus.

Conforme salienta Richardson (2012) não existe uma para se realizar uma pesquisa, a única maneira de aprender a fazer é mergulhando nesse universo, e fazendo. O ponto de partida é o *porquê* de tal situação está acontecendo, e a partir desse questionamento e a ausência de respostas plausíveis capazes de explicar os fenômenos, é que vai se delineando a pesquisa científica.

Compreender as realidades de vida e dificuldades enfrentadas pelos migrantes, oportunidades de trabalho, características do trabalho migrante, seu estado de saúde atual com embasamento no referencial teórico, nos levou a testar a teoria para encontrar respostas sobre a relação entre o trabalho precarizado e as implicações na saúde dos migrantes. Será que há uma implicação? Em que medida?

Considerando os propósitos anteriores a natureza da pesquisa classifica-se como básica, pois procura ampliar o volume de conhecimentos novos com o intuito de contribuir para o avanço e progresso da ciência, demonstrando efetivamente a relação entre as categorias de trabalho precarizado e a saúde dos migrantes.

Fundamenta-se na abordagem de enfoque misto propiciando um melhor levantamento e interpretação das informações colhidas no decorrer das atividades, pois segundo Minayo *et. al.* (2009) as abordagens qualitativas e quantitativas não se opõem, mas se complementam, especialmente em análises da realidade social. O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos propostos foi a realização de um estudo exploratório e descritivo:

A pesquisa exploratória segundo Triviños (2011), permite ao investigador a ampliação da sua experiência sobre o problema em questão, pois parte de uma hipótese para aprofundar o estudo acerca de uma realidade que se pretende analisar. Além disso, proporciona maior familiaridade e flexibilidade no tratamento da temática, vai desde o levantamento bibliográfico, até o contato mais direto com pessoas por meio de entrevistas e coleta das histórias de vida (Gil, 2008).

As pesquisas do tipo descritivo, segundo Gil (2008), têm como objetivo primordial:

(...) a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. (...) A partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratória. (...) As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. (Gil, 2008, p. 28).

Seguindo com Gil (2008) e Marconi; Lakatos (2017) os principais métodos mais utilizados foram o observacional e o estatístico. Em relação ao primeiro, pode-se afirmar que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais e utiliza-se em conjunto com outros métodos. Referente aos métodos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa a redução das categorias analisadas a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações entre si e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

O informe de Interiorização do Subcomitê Federal para Interiorização, coordenado pelo Ministério da Cidadania, indicou que desde abril de 2018 até junho de 2022, cerca de 5.332 mil migrantes venezuelanos foram interiorizados para o estado do Amazonas por meio da Operação Acolhida. Desse total, 5.287 mil migrantes se instalaram no município de Manaus (R4V, 2022). Por esse motivo, foi definida como *lócus* da pesquisa a cidade de Manaus, por ser o município do Amazonas que possui uma maior quantidade de migrantes venezuelanos, considerando o universo da pesquisa o total de 5.287 mil migrantes interiorizados para o município de Manaus.

A coleta de dados foi realizada com migrantes venezuelanos residentes em Manaus, sem relacionamento com instituição ou gestão governamental específica, com o intuito de analisar os reflexos do trabalho precarizado na saúde da população migrante venezuelana e não há aqui o objetivo de apresentar informações sobre qualquer instituição relacionada com esta população.

Conforme Villarroel e Ramírez (2021), o contato com os sujeitos da investigação foi online através de duas formas, a primeira se deu por meio de Convocação para Participação Voluntária na Investigação no Grupo do Facebook denominado: Venezolanos em Manaus conforme o link: <https://www.facebook.com/groups/VenezolanosManaus>; espaço virtual criado há 6 anos com mais de 47 mil membros venezuelanos que moram ou moraram na

cidade de Manaus. Outra forma alternativa foi a difusão por meio de mensagens de texto via Whatsapp a migrantes venezuelanos (da rede de amigos e conhecidos dos pesquisadores responsáveis) que foram convidados a participar e/ou divulgar o convite de participação voluntária a outros venezuelanos que residem na cidade de Manaus.

Considerando que a população da pesquisa é do tipo finita (Richardson, 2012), a fórmula para calcular o tamanho da amostra a ser utilizada na pesquisa está abaixo descrita:

$$n = \frac{N * Z^2 * p * q}{(N - 1) * E^2 + Z^2 * p * q}$$

sendo:

n = ?	Número de indivíduos na amostra
N = 5287	Tamanho da população
Z = 1,96	Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado: 95%
p = 0,5	Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos interessados em estudar
q = (1-p) = 0,5	Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar
E = 0,1	Margem de erro

Então, substituindo os dados:

$$n = \frac{N * Z^2 * p * q}{(N - 1) * E^2 + Z^2 * p * q} = \frac{5287 * (1,96)^2 * (0,5)^2}{(5287 - 1) * (0,1)^2 + (1,96)^2 * (0,5)^2} = 94$$

Neste sentido, visando garantir a viabilidade do processo de coleta de dados, a amostra de 94 pesquisados foi do tipo casual. Após sinalizar o interesse em contribuir com a presente investigação, foi analisado se o participante possuía os critérios estabelecidos para a participação na pesquisa, assinalando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O termo foi disponibilizado em formato digital e antecedeu ao questionário online utilizado para a coleta das informações. Foi elaborado no Google Forms e disponibilizado por meio do endereço eletrônico: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSePKLR1RNImAP5C7jsV3AVvBibZmM3O3L2sNGpdKRGefSRHOg/viewform>, contendo perguntas abertas e fechadas, visando à compreensão das necessidades e particularidades dos pesquisados. Neste artigo, não serão apresentados os resultados de todas as questões do questionário; somente as mais relevantes que permitam o cumprimento do objetivo do artigo e a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

A etapa inicial do tratamento e análise das informações coletadas deu-se por meio da estatística descritiva que consiste na organização e descrição dos dados coletados a fim de simplificar e ampliar a compreensão acerca dos materiais adquiridos na etapa da coleta, mas sem expressar conclusões. O propósito da estatística descritiva é:

[...] sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores. Dessa forma, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas. (Guedes *et. al*, 2005, p.1)

As análises dos dados e o tratamento das informações foram realizados com a complementaridade do software estatístico IBM – SPSS 25.0 sendo necessária a organização da base de dados, além da classificação e codificação das variáveis. Além da análise descritiva das questões mais gerais presentes no formulário pretende-se analisar algumas as variáveis resumidas no quadro 1.

Quadro 1: Indicadores para avaliar a relação entre trabalho precarizado e a saúde

Indicador	Identificação dos prejuízos na saúde do migrante se:
– Remuneração	Nenhuma renda ou renda inferior a um salário mínimo e benefícios recebidos
– Jornada de Trabalho	Carga horária maior que 8 horas diárias
– Proteção Previdenciária	Não direito às férias, licença maternidade, licença paternidade, auxílio doença, salário família, seguro em caso de acidente e aposentadoria.
– Riscos referentes ao ambiente ocupacional	Ambiente de trabalho insalubre, uso de equipamento de proteção individual (EPI), acesso a água potável e alimentação adequada

Fonte: Elaboração dos autores.

O objetivo desta análise é investigar com profundidade se há nexos causais entre as condições de trabalho precarizado dos migrantes venezuelanos com a sua saúde, considerando as possibilidades de doenças pré-existent e seu agravamento devido as circunstâncias em que se encontram, bem como a manifestação de doenças em consequência do contexto de inserção no mercado de trabalho formal e informal. Neste caso considera-se que a saúde depende das formas de trabalho precarizado que são as variáveis independentes. Portanto, a saúde é uma variável dependente dicotômica (0, 1); e não-métrica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Manaus acolhe todos os dias migrantes venezuelanos que buscam fugir da atual conjuntura em que se encontra a Venezuela. Alguns vêm ao encontro de um familiar que já se encontra instalados na cidade ou até mesmo, sem ter um local fixo para ficar, tentam a sorte na esperança de se inserirem rapidamente no mercado de trabalho. São pessoas que migram sozinhas ou em grupos, da faixa etária que abrange desde as crianças até os idosos.

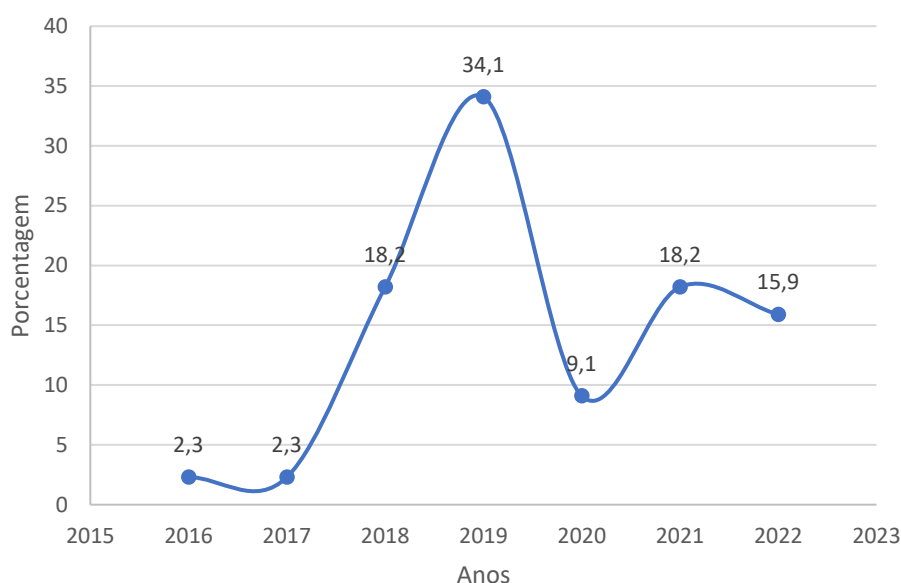
No tocante os resultados desta pesquisa, com relação à idade, os dados demonstraram que o maior quantitativo de migrantes venezuelanos na cidade de Manaus está na faixa entre 25 a 31 anos de idade, o equivalente a 27,3% dos entrevistados, seguidos da faixa etária de jovens entre 19 e 24 anos que correspondeu a 20,5%, o menor quantitativo refere-se aos migrantes com idade superior a 58 anos de idade, o equivalente a 4,5% do total dos entrevistados.

A submissão dos migrantes ao trabalho precarizado, expõem-nos a determinadas atividades colocando em risco principalmente os indivíduos que estão na faixa etária a partir dos 60 anos de idade, mas isso não quer dizer que sua capacidade para o trabalho seja invalidada, porém as condições em que esses migrantes são inseridos contribuem para o surgimento ou agravamento de enfermidades que podem comprometer sua saúde e gerar desconfortos que podem ser observados ao longo de uma jornada extensa de trabalho.

Os dados também revelaram que 59,1% dos migrantes são solteiros, isto é, esse é o maior percentual em comparação com os outros status de estado civil, seguido dos 31,8% que declararam que vivem em união estável com seus parceiros e apenas 9,1% dos migrantes venezuelanos responderam que são casados, o que corrobora com a pesquisa realizada pela Shamsuddin et al. (2021, p.2) na qual identificou que “7 em cada 10 venezuelanos com mais de 25 anos declaram seu estado civil como solteiros, o que significa que a maioria dessas famílias são monoparentais”.

A migração venezuelana foi intensificada a partir de 2017, porém os dados informaram que a maior parte dos entrevistados ingressou no ano de 2019. Todavia, o ingresso de migrantes no Brasil teve uma queda no ano de 2020 em decorrência da pandemia de Covid-19 que resultou no fechamento das fronteiras, impossibilitando que os migrantes cruzassem a divisa entre os países, na qual é possível observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Ano de chegada ao Brasil



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do formulário.

O fechamento das fronteiras, todavia, não impediu a entrada dos migrantes no Brasil, onde vários indivíduos utilizaram de trilhas clandestinas como forma de acessarem o país, arriscando suas vidas e ampliando as possibilidades de adoecimento desse público antes mesmo de chegarem ao destino escolhido para estabelecerem domicílio.

Essas medidas adotadas tiveram impactos diretos na vida dos migrantes venezuelanos, pois a necessidade de buscar melhores condições de vida não deixou de existir em decorrência do fechamento das fronteiras, mas elas se agudizaram à medida que a pandemia se alastrou infectando milhares de pessoas, em especial a população venezuelana que estava sem acesso aos serviços básicos de saúde na Venezuela e não podiam cruzar a fronteira com o Brasil.

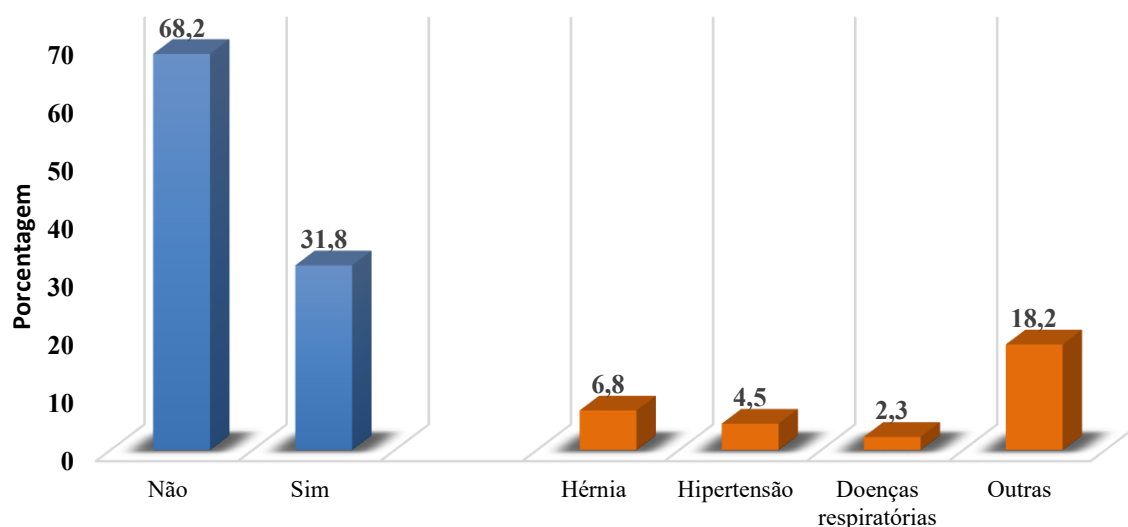
Com relação ao grau de escolaridade 20,5 % tem ensino fundamental, 29,5% ensino médio, 4,5% especialização e o 45,5% dos pesquisados informaram obter a formação de nível superior. Foi destacada a dificuldade de revalidação de diplomas para estrangeiros no Brasil é um processo demorado que expõe os migrantes a trabalhos inferiores à sua capacitação e com grau de exigência de esforços físicos muitos superiores aos que são exigidos aos brasileiros, causando um desgaste físico e mental que reflete diretamente na sua saúde.

A revalidação de diplomas como uma etapa importante na integração dos migrantes venezuelanos motivou uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Associação Compassiva a fim de apoiar os migrantes que encontram dificuldades em conseguir os documentos necessários, à obtenção do apostilamento e custeio das despesas do processo de revalidação de diplomas (ONU, 2021).

Segundo a OIM, a parceria apoia também o objetivo 8 de Desenvolvimento Sustentável da ONU na qual refere-se ao trabalho decente e crescimento econômico, e também o objetivo 10 que se refere a redução das desigualdades tanto dentro dos países, quanto entre os países, como é o caso da migração venezuelana (ONU, 2021).

O percentual dos indivíduos entrevistados que declararam que não possuía nenhuma doença pré-existente foi de 68,2% e os que afirmaram possuir alguma doença pré-existente foi de 31,8%, e dentre as doenças sinalizadas, foram destacadas as mais escolhidas pelos indivíduos, de acordo com a representação no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Doenças pré-existentes

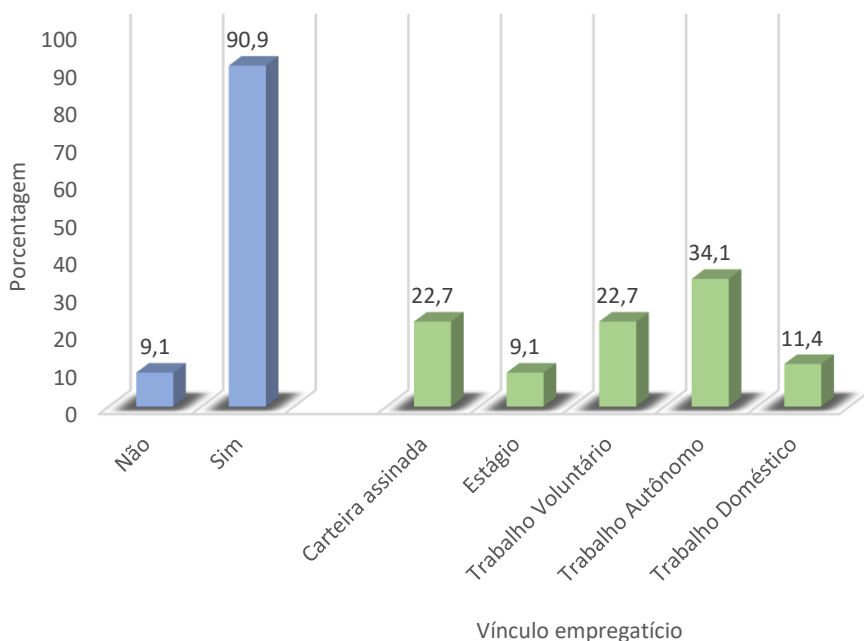


Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do formulário

Foi perguntado aos migrantes se estão inseridos em algum trabalho ou se em algum momento já realizaram algum tipo de trabalho aqui no Brasil e a maior parte dos respondentes confirmaram que já desenvolveram algum tipo de trabalho. E para entender como se deu a relação de trabalho, o questionamento realizado foi se o trabalho era de carteira assinada, estágio, trabalho voluntário, trabalho autônomo ou trabalho doméstico,

sendo que, o maior percentual foi para o trabalho desenvolvido como autônomo. A pesquisa também se preocupou em identificar quais as atividades que os migrantes estão em maior número, conforme expressado as atividades mais desenvolvidas por eles são diarista, pedreiro, entregador e na área de vendas.

Gráfico 3: Trabalho desenvolvido pelos migrantes



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do formulário

Foi realizada a tabulação cruzada com as informações coletadas das perguntas de número 12 e 13, a fim de compreender qual a renda mensal que dispõe o entrevistado e se ele considera que os valores disponíveis têm alguma influência na sua saúde. Tendo em vista que todo ser humano precisa ter suas necessidades básicas atendidas e quando essas demandas não são supridas geram um sentimento de frustração e de desespero que afetam tanto a saúde física quanto a saúde mental dos indivíduos, além do trabalho constituir um elemento fundamental no processo de inclusão social da população migrante.

Tabela 1: Renda e saúde

		13. Considera que a baixa remuneração tem afetado a sua saúde?	
		Não	Sim
12. Qual a sua renda mensal, proximadamente?	Nenhuma renda	18,2%	81,8%
	Menos de 1 salário (R\$ 1.212,00)	15,8%	84,2%
	Até 1 salário mínimo	20,0%	80,0%
	De 2 a 3 salários mínimos	75,0%	25,0%
Total		22,7%	77,3%

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do formulário

A população migrante sofre de forma mais dura os reflexos da precarização, pois considerando que muitos indivíduos que recebem uma baixa remuneração podem receber suporte de moradia e acolhida de sua rede familiar, o que não acontece com os migrantes venezuelanos que precisam arcar com despesas de aluguel, energia, alimentação e todas as outras despesas que porventura surgirem, sem apoio familiar.

É quase improvável manter um padrão adequado tendo em vista que o preço médio da cesta básica no mês de abril de 2023 em Manaus está custando cerca de R\$ 631,61, o que comparado a um indivíduo que recebe um salário mínimo, isto é, R\$1320,00, esse valor da cesta básica corresponde a 47,84% de seu salário (NEPE, 2023). Os migrantes que recebem menos de um salário mínimo, conforme apresentado na tabela, não vai conseguir manter uma alimentação adequada, nem vai dispor de recursos suficiente para suprir as suas necessidades básicas. Conforme destaca Araújo e Moraes (2017, p.12), “a precarização do trabalho é um construto integrado a um quadro de relações de poder, as quais são peças-chave na determinação de condições de trabalho e de bem-estar e saúde do trabalhador”.

Os respondentes informaram se consideram que a remuneração tem afetado sua saúde, sendo que 77,3% respondeu que sim, e ainda, sinalizaram o seu impacto por meio de uma escala, dos quais 29,5% afirmaram que afeta de forma moderada e 21,6% declararam que o prejuízo é baixo na saúde, outros 21,6% não consideraram que a baixa remuneração cause danos à saúde, seguido dos 15,9% que acreditam que afeta de forma média e 11,4% de forma alta.

A tabulação cruzada realizada entre as questões 15 e 16 do questionário, apresentadas por meio da tabela 3, demonstrou que 89,5% dos pesquisados consideram que teve sua saúde afetada em decorrência de jornadas superiores a 8 horas de trabalho diárias. As longas jornadas de trabalho podem levar ao esgotamento físico, mas também pode ocasionar distúrbios psicológicos, em especial, ao migrante que está inserido no mercado informal que os seus ganhos estão relacionados à sua produtividade e isso exige mais tempo do que o comum para que o retorno seja satisfatório ao atendimento de suas necessidades.

Tabela 2: Jornada de trabalho e Saúde

		16. Considera que a extensa jornada de trabalho tem afetado a sua saúde?	
		Não	Sim
15. Qual a sua jornada diária de trabalho?	Até 4 horas	100,0%	
	Até 6 horas	75,0%	25,0%
	Até 8 horas	40,0%	60,0%
	Mais de 8 horas	10,5%	89,5%
Total		31,8%	68,2%

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do formulário

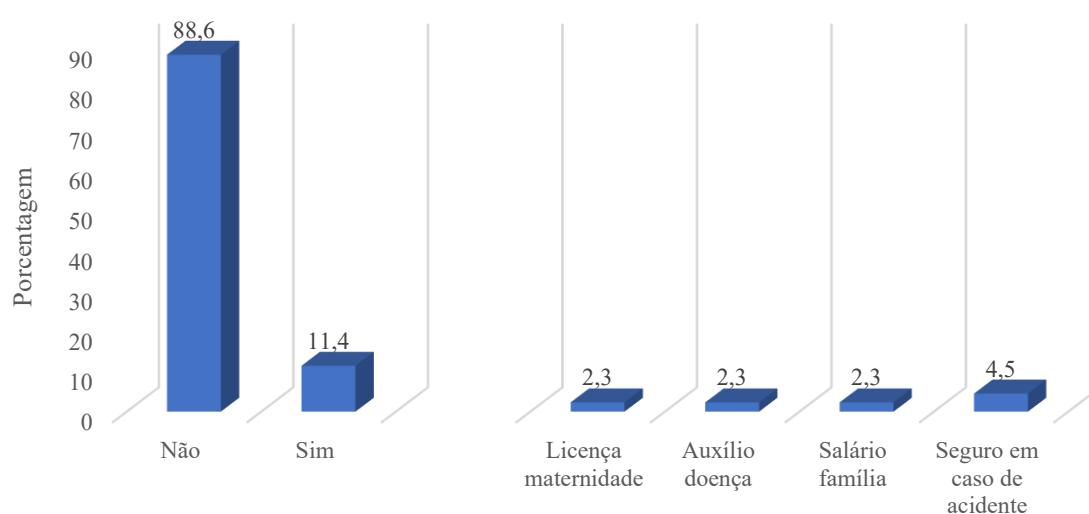
Os pesquisados sinalizaram em que escala consideram que as extensas jornadas de trabalho têm causado prejuízo em sua saúde, de modo que o grau médio e moderado atingiu o mesmo percentual de 25% cada, já 20,5% indicam baixa implicância da extensa jornada de trabalho na saúde e 4,5% revelou que considera alto o prejuízo causado pelas extensas jornadas de trabalho na saúde. Entretanto, 25% respondeu que não teve a saúde afetada pelas extensas jornadas de trabalho, o que não significa que esses migrantes estejam gozando de boa saúde ou que não possam desenvolver algum problema a médio e longo prazo, pois estão propícios ao adoecimento pelas atividades que desenvolvem e pelas condições em que elas são realizadas.

As respostas dos migrantes revelaram que 70,5% não recebem ou receberam pelas horas extras trabalhadas, o que demonstra que essa população vive numa constante exploração da mão de obra resultando num desgaste físico e mental em consequência das longas jornadas diárias de trabalho. Além do mais, os respondentes também afirmaram que

77,3% nunca gozou de férias no desenvolvimento de suas atividades, período importante para o descanso do corpo e da mente, podendo este indicar sinais de exaustão ao passar do tempo.

Ainda em relação à realização de seus trabalhos, 88,6% dos migrantes disseram não receberem nenhum benefício previdenciário e dos 11,4% que recebem ou já receberam, 4,5% declararam que receberam o auxílio acidente, 2,3% tiveram acesso à licença maternidade, 2,3% receberam o auxílio doença e 2,3% obtiveram o salário família, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Recebimento de benefícios previdenciários



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do formulário

Ainda em relação aos benefícios previdenciários, 70,5% dos migrantes acreditam que as condições precárias ou a não oferta dos benefícios, prejudicou a sua saúde. Além do mais, os migrantes sinalizaram em que escala acreditam nessa relação; o 25 % acreditam que a implicância é baixa, o 22,7 % que é moderada, o 15,9% que é média e o 6,8% que é alta.

As respostas demonstram que os migrantes desconhecem a importância dos benefícios, haja vista que o salário família agrega uma quantia à remuneração do empregado calculado de acordo com o número de filhos ou equiparados que este possua, caso se enquadre nos requisitos de renda estabelecidos pelo Governo Federal (INSS, 2021). Este benefício pode chegar ao valor total de R\$ 239,28, o equivalente a R\$ 59,82 por filho. O que para muitos não quer dizer muita coisa, para quem tem pouco é um valor que faz muita diferença e contribui nas despesas da família.

Neste sentido, Pialarissi (2017) aponta que o estado de precariedade de trabalho também se expressa por meio de vários aspectos, dentre eles: a insuficiência de rendimentos e a perda de direitos e benefícios conquistados ao longo dos anos, o que reafirma o resultado dessa pesquisa em relação aos benefícios previdenciários e a saúde dos migrantes.

É importante salientar que,

Um trabalho exercido sem nenhum tipo de proteção social e previdenciária pode não provocar no indivíduo uma sensação de insegurança e, portanto, de precariedade. Tal fato irá depender de seus padrões sociais de referência e do peso de outras formas de solidariedade, familiares, comunitárias ou de proximidade nas quais ele está inserido (Vargas, 2016, p.316).

Além disso, foi questionado aos entrevistados se a remuneração recebida estava de acordo com o contrato de trabalho firmado entre eles e os empregadores, dos quais 45,5% afirmaram que sim e 36,4 % responderam que os valores recebidos não estavam de acordo com os contratos. Já 18,2% sinalizou que “não se aplica” o que nos leva a considerar que este indivíduo exerce suas atividades de trabalho como autônomo, não tendo nenhuma relação entre empregado e empregador.

Em se tratando de informações referentes aos direitos previdenciários, mais da metade dos entrevistados, isto é, 59,1% apontaram que não receberam informações quanto aos direitos ofertados aos trabalhadores em território brasileiro, demonstrando a falta de interesse e descompromisso da sociedade com os trabalhadores migrantes.

Neste sentido, é válido pensar numa força tarefa que leve não só informações necessárias quanto aos direitos da população migrante, como também uma mobilização no sentido de levar orientação e capacitação as instituições governamentais e não-governamentais para que os serviços prestados sejam realizados de forma qualificada e com pessoas preparadas para atuarem diante das demandas que permeiam o contexto migratório, considerando as particularidades e singularidades dessa população.

Referente ao pagamento do salário, 70,5% dos entrevistados afirmou que recebem o salário na data correta e que os benefícios recebidos não foram descontados do valor de seus proventos, e o mesmo percentual informou que o ambiente de trabalho não apresentava riscos à saúde, ou seja, atendia os requisitos de salubridade que é essencial ao desempenho das atividades de trabalho.

Quanto aos alojamentos, instalações elétricas e sanitárias ofertados aos respondentes no desenvolvimento de suas atividades de trabalho, 48% afirmaram que a oferta era em boas condições, 9% consideraram ótimas as condições. O 7% consideraram ruins as condições de oferta e 2% afirmaram que as instalações eram péssimas. Todavia, 34% afirmou que esta questão “não se aplica” a sua realidade, o que nos instiga a refletir que esse percentual pode estar inserido no trabalho informal, dos quais não tem acesso a nenhum benefício e ficam ainda mais expostos as condições degradantes no desenvolvimento de seu trabalho.

Os respondentes também informaram que 88,6% tinha acesso a alimentação e água potável no ambiente de trabalho e 11,4% informou que não tinha acesso a esses recursos. Esses itens são essenciais para o bom funcionamento do corpo de qualquer ser humano, e a privação destes elementos reflete diretamente na saúde e bem-estar dos trabalhadores.

Em relação ao uso de EPI's, percentual de 59,1% afirmou não terem recebidos os EPI's necessários para sua proteção e prevenção de acidentes de trabalho e 40,9% respondeu que recebeu os devidos equipamentos para sua proteção. O uso desses equipamentos é determinado pela NR6, na qual estabelece a lista de EPI's, a obrigatoriedade de disponibilização dos equipamentos pelos empregadores, além de outras recomendações pertinentes aos EPI's (Ministério [...], 2023). Os EPI's visam proteger o profissional, contribuindo para a redução dos riscos e as ameaças ao trabalhador no desenvolvimento de suas atividades de trabalho.

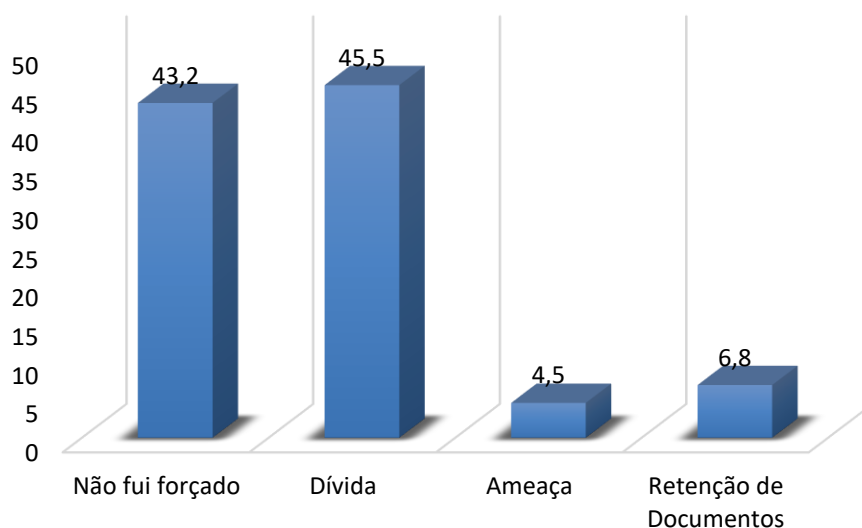
No tocante ao ambiente de trabalho, foi questionado ao migrante se ele considera que o ambiente era insalubre, ou seja, se apresentava algum risco a sua saúde, dos quais 70,5% respondeu que não considera o ambiente insalubre e 29,5% afirmou considerar que o ambiente de trabalho apresentava algum risco a sua saúde, conforme demonstra a tabela a seguir:

É importante destacar que a proporção de migrantes que respondeu que não considera o ambiente insalubre ou com riscos à sua saúde, podem estar inseridos no trabalho informal, e por esse motivo, não consegue identificar os perigos que um ambiente inseguro e sem condições mínimas de higiene pode causar em sua saúde.

Outro fator relevante nesta pesquisa foi identificar a inserção do migrante em trabalho forçado, onde foi questionado se eles consideram que foram coagidos a permanecerem no trabalho e qual o motivo que os obrigaram, conforme demonstra o gráfico 8.

O 66,8 % responderam que foram coagidos de alguma forma e os principais motivos nessa ordem são por causa de dívidas, retenção de documentos e ameaça. Considerando a vulnerabilidade em que a população migrante se encontra, é possível notar que estão mais propícios a se submeterem a condições de trabalho forçado, principalmente por questões de dívidas, tendo em vista que os aliciadores usam da estratégia de arcar com as despesas dos migrantes para depois forçarem a trabalhar sob ameaça e uso da força até que sua dívida seja sanada.

Gráfico 2: Trabalho forçado



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do questionário

Neste sentido, a OIM tem realizado atividades de orientação com sessões informativas aos migrantes venezuelanos acerca do trabalho análogo à escravidão, tráfico de pessoas e direitos trabalhistas, a fim de evitar que essa população seja alvo de aliciadores, que conheçam os seus direitos aqui no Brasil e que se apropriem deles (OIM, 2022).

É importante destacar que 56,8% dos pesquisados declararam que não desfrutaram de momento de lazer e descanso fora do ambiente de trabalho, o que revela uma sobrecarga de trabalho e um desgaste físico que afeta a saúde e o convívio social e familiar dos

trabalhadores migrantes, pois todo ser humano necessita de um tempo para descansar e renovar suas forças para poder estar apto a desenvolver seu trabalho.

Os pesquisados sinalizaram que existem situações no desenvolvimento de seu trabalho em que eles acreditam ter afetado a sua saúde, dos quais 25% relacionaram a quantidade de horas dispendidas para a realização de seu trabalho, 19% afirmaram que acreditam que o estresse e a falta de sono têm afetado a sua saúde, já 13% indicaram as más condições do ambiente como responsável pelos prejuízos na saúde, outros 13% indicaram que o assédio e a má comunicação no trabalho têm gerado implicância na saúde. Ainda em relação às situações que afetam a saúde dos migrantes, 12% dos pesquisados acreditam que passarem muitas horas de pé tem prejudicado a sua saúde, 12% também indicaram que os esforços físicos são responsáveis pelos danos ocasionados em sua saúde e apenas 6% acreditam que a baixa remuneração tem relação com os prejuízos causados em sua saúde.

Foi questionado aos respondentes se consideram que o problema de saúde que apresentaram é consequência das condições de trabalho e 54,5% afirmaram que sim, e, além disso, sinalizaram em que escala eles acreditam nessa relação do trabalho desenvolvido e a saúde. Aproximadamente o 32 % consideram essa relação entre baixa e moderada, o 9,1 considera que é média e o 13,6 que é alta a implicância das condições de trabalho na saúde.

CONCLUSÕES

A pesquisa examinou a situação dos migrantes venezuelanos na cidade de Manaus, Brasil, com foco em as condições de trabalho e saúde. Os resultados fornecem insights relevantes sobre os desafios enfrentados por essa população vulnerável e destacam a necessidade de ações e políticas para abordar essas questões.

Os migrantes venezuelanos em Manaus são predominantemente jovens adultos, com uma concentração nas faixas etárias de 19 a 31 anos. Eles geralmente migram sozinhos, mas também incluem famílias inteiras, o que reflete uma tendência de famílias monoparentais entre os venezuelanos. A maioria chegou a Manaus em 2019, embora tenha ocorrido uma diminuição nos números em 2020 devido à pandemia de Covid-19.

Um número significativo de migrantes venezuelanos possui educação superior, mas enfrenta desafios na revalidação de seus diplomas, o que pode levá-los a empregos que não

exigem suas qualificações. A parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Associação Compassiva é uma iniciativa positiva para apoiar a revalidação de diplomas e promover o desenvolvimento sustentável.

Cerca de um terço dos migrantes venezuelanos refere-se a doenças pré-existentes, o que aumenta a importância do acesso a cuidados médicos adequados. A falta de acesso a serviços de saúde básicos e as condições de trabalho podem expor riscos adicionais para sua saúde.

A pesquisa mostra que a maioria dos migrantes já realizou algum tipo de trabalho no Brasil. Muitos envolvidos em empregos autônomos, embora haja falta de trabalho formal correspondente às suas qualificações. Além disso, eles enfrentam uma remuneração inconveniente, longas jornadas de trabalho e falta de tempo para lazer e descanso.

Preocupantemente, uma percentagem significativa dos migrantes se sente coagida a permanecer no trabalho, especialmente devido a dívidas. Isso destaca a necessidade de medidas para proteger os migrantes contra a exploração e o trabalho forçado. As condições de trabalho variam, com alguns migrantes relacionando ambientes seguros e outros identificando riscos à saúde.

Muitos migrantes relataram que as condições de trabalho afetaram sua saúde. Os dados mostram que a relação entre trabalho e saúde é significativa, com muitos acreditando que o trabalho tem um impacto negativo em sua saúde física e mental.

Esses resultados ressaltam a necessidade de ações para apoiar os migrantes venezuelanos em Manaus. Recomendamos as seguintes medidas:

- a) Melhorar o acesso a cuidados médicos e serviços de saúde para a população migrante, incluindo a revalidação de diplomas de profissionais de saúde.
- b) Fornecer orientação e treinamento sobre direitos trabalhistas e benefícios previdenciários para que os migrantes possam defender seus direitos no local de trabalho.
- c) Implementar medidas para proteger os migrantes contra a exploração, o trabalho forçado e as más condições de trabalho, incluindo a fiscalização rigorosa dos empregadores.

- d) Promover oportunidades de emprego e integração social, considerando as qualificações dos migrantes e proporcionando acesso a treinamento e capacitação.
- e) Estimular parcerias entre organizações governamentais e não governamentais para apoiar a integração e o bem-estar dos migrantes, bem como para garantir o acesso a informações sobre seus direitos e benefícios disponíveis.

Por último, é essencial considerar a contribuição dos migrantes venezuelanos para a sociedade brasileira e garantir que eles sejam tratados com dignidade e justiça, tendo em vista os desafios que enfrentam em sua jornada de busca pelas melhores condições de vida.

Esta pesquisa fornece uma visão inicial das condições dos migrantes venezuelanos em Manaus, mas é apenas um ponto de partida. Para uma compreensão mais completa e melhorada dessas questões complexas, é necessário um esforço contínuo, envolvendo diversas abordagens de pesquisa e colaboração com organizações e instituições relevantes.

REFERÊNCIAS

- DUDH - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio: ONU, 2009. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/04092019102510-declaracao.universla.dos.direitos.hmanos.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.
- OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Global Estimates on International Migrant Workers – Results and Methodology – Third edition International Labour Office*. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_808935.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.
- VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desemprego. Séries históricas de desemprego e rendimento*. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- PIALARISSI, R. Precarização do trabalho. *Revista de Administração em Saúde*, [s.l.], v.17, n.66, p. 1-12, 2017.
- ARAÚJO, M. R. M.; MORAIS, K.R.S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [s.l.], v.20, n.1, p. 1-13, 2017.

ALVAREZ, L. F. A. O marco normativo da precarização do trabalho no Brasil: entre a contenção e a permissão. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas* (UNIFAFIBE), [s.l.], v.4, n.2, p.227-255, 2016.

Antunes, R. *Século XXI: Nova era da Precarização estrutural do Trabalho?* São Paulo: Fundacentro – Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, 2008.
<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38wo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

HOEFEL, M. G. L.; SEVERO, D. O.; WASHINGTON, C. Experiência do Projeto Vidas Paralelas Migrantes no Brasil: narrativas imagéticas sobre o trabalho e suas repercussões sobre a saúde. *Saúde em Redes*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 227-236, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

RICHARDSON, J. *Pesquisa Social*. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012.

SAMPIERE, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2017.

ONU – Organização das nações Unidas. *Com apoio da OIM, venezuelanos revalidam seus diplomas no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/129409-com-apoio-da-oim-venezuelanos-revalidam-seus-diplomas-no-brasil>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SHAMSUDDIN, M.; ACOSTA, P. A.; BATTAGLIN S.; FIX, J. R.; PIRANI, N. *Integração de Refugiados e Migrantes Venezuelanos no Brasil*. Washington, DC: Grupo do Banco Mundial, 2021. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/498351617118028819/integration-of-venezuelan-refugees-and-migrants-in-brazil>. Acesso em: 03 abr. 2023.

NEPE -Núcleo de Extensão e Pesquisas Econômicas. *Preço da Cesta Básica em Manaus – Abril*. 2023. Disponível em: <https://data.uea.edu.br/ssgp/noticia/1/76232-2.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2023.

INSS. *Salário Família*. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/salario-familia>. Acesso em: 25 maio. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. *Norma Regulamentadora nº6 (NR6)*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite->

partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-6-nr-6. Acesso em: 25 maio. 2023.

OIM. *OIM realiza sessões informativas com 500 venezuelanos sobre trabalho escravo e direitos trabalhistas no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/oim-realiza-sessoes-informativas-com-500-venezuelanos-sobre-trabalho-escravo-e-direitos-trabalhistas-no-brasil>. Acesso em: 15 Jun. 2023.

Dados de autoria

Daiany Cavalcante Ribeiro

Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana de Manaus. Experiência como assistente social na rede privada, Organizações da Sociedade Civil e instituições públicas do Amazonas. E-mail: daianylima@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3494-403X>.

Yunier Sarmiento Ramirez

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Amazonas, mestrado em Gestão de Empresas pela Universidad de Holguín – Cuba e doutorado em Economia pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas no Departamento de Economia e Análise – DEA e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS. Desenvolve pesquisas na área de Economia aplicada, teoria econômica e métodos quantitativos. E-mail: yunier@ufam.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7261-7515>.